

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	81
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	84
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	3.781.559	3.441.142	3.328.180
1.01	Ativo Circulante	155.101	90.975	76.777
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	91.601	23.221	38.342
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	8.009	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	8.009	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	8.009	0
1.01.03	Contas a Receber	54.040	49.859	22.969
1.01.03.01	Clientes	54.040	49.859	22.969
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.263	4.446	11.091
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.263	4.446	11.091
1.01.06.01.01	Tributos a Recuperar	3.263	3.402	3.084
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	1.044	8.007
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.255	3.582	3.305
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.942	1.858	1.070
1.01.08.03	Outros	1.942	1.858	1.070
1.02	Ativo Não Circulante	3.626.458	3.350.167	3.251.403
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	327.492	214.174	203.279
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	106.690	23.073	13.369
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	106.690	23.073	13.369
1.02.01.04	Contas a Receber	4.668	3.158	2.088
1.02.01.04.01	Clientes	4.668	3.158	2.088
1.02.01.07	Tributos Diferidos	142.539	118.004	131.302
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	142.539	118.004	131.302
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	867	140	782
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	72.728	69.799	55.738
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	72.717	69.799	55.738
1.02.01.10.04	Outros Ativos	11	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.606	632	4.451
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.606	632	4.451

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.04	Intangível	3.297.360	3.135.361	3.043.673
1.02.04.01	Intangíveis	3.297.360	3.135.361	3.043.673
1.02.04.01.02	Intangível - Infraestrutura	2.931.717	2.982.049	3.004.523
1.02.04.01.03	Ativo de Contrato	365.643	153.312	39.150

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	3.781.559	3.441.142	3.328.180
2.01	Passivo Circulante	429.507	332.220	405.667
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.666	9.918	9.308
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.666	9.918	9.308
2.01.02	Fornecedores	233.794	218.603	279.050
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	233.794	218.603	279.050
2.01.02.01.01	Fornecedores	233.794	218.474	278.924
2.01.02.01.02	Fornecedores - partes relacionadas	0	129	126
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.009	8.956	15.317
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.224	3.981	10.878
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	5.615
2.01.03.01.02	Demais Impostos Federais	4.224	3.981	5.263
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.785	4.975	4.439
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	160.946	69.194	70.947
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	50.297	50.352	50.182
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	50.297	50.352	50.182
2.01.04.02	Debêntures	110.649	18.842	20.765
2.01.05	Outras Obrigações	16.092	25.549	31.045
2.01.05.02	Outros	16.092	25.549	31.045
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	6.115	7.245
2.01.05.02.05	Arrendamento Mercantil Operacional	4.521	10.199	10.479
2.01.05.02.08	Outros passivos	11.571	9.235	13.321
2.02	Passivo Não Circulante	2.512.858	2.221.668	2.054.890
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.455.196	2.150.586	1.910.089
2.02.01.02	Debêntures	2.455.196	2.150.586	1.910.089
2.02.02	Outras Obrigações	28.336	32.473	95.709
2.02.02.02	Outros	28.336	32.473	95.709
2.02.02.02.03	Fornecedores	26.216	28.573	23.231
2.02.02.02.04	Antecipação de Direitos a Faturar	0	0	60.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil Operacional	1.227	3.270	12.086
2.02.02.02.06	Outros passivos	893	630	392
2.02.04	Provisões	29.326	38.609	49.092
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.872	14.950	16.946
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.367	1.156	1.330
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.047	8.750	15.616
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	238	229	0
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	5.220	4.815	0
2.02.04.02	Outras Provisões	9.454	23.659	32.146
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	9.454	23.659	32.146
2.03	Patrimônio Líquido	839.194	887.254	867.623
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988	195.988
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	195.988	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	86.407	134.467	114.836
2.03.04.01	Reserva Legal	0	1.287	1.525
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	86.407	133.180	113.311

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.077.647	896.117	909.150
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-728.404	-580.153	-531.900
3.03	Resultado Bruto	349.243	315.964	377.250
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.895	-17.151	-31.245
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.895	-17.151	-31.245
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-25.935	-18.747	-36.053
3.04.02.03	Outras receitas líquidas	2.040	1.596	4.808
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	325.348	298.813	346.005
3.06	Resultado Financeiro	-397.943	-259.769	-299.902
3.06.01	Receitas Financeiras	18.717	9.920	26.662
3.06.02	Despesas Financeiras	-416.660	-269.689	-326.564
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-72.595	39.044	46.103
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	24.535	-13.298	-15.598
3.08.01	Corrente	0	0	-5.615
3.08.02	Diferido	24.535	-13.298	-9.983
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-48.060	25.746	30.505
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-48.060	25.746	30.505
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,04316	0,02312	0,02739
3.99.01.02	PN	-0,04316	0,02312	0,02739

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-48.060	25.746	30.505
4.03	Resultado Abrangente do Período	-48.060	25.746	30.505

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	504.725	339.786	-222.843
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	604.393	512.245	558.769
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	-72.595	39.044	46.103
6.01.01.02	Depreciação e amortização	212.634	194.911	175.112
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	68.876	35.638	37.181
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	449.205	268.701	298.741
6.01.01.05	Margem de construção - ICPC01	-3.702	-2.790	-2.452
6.01.01.06	Perda na baixa de imobilizado e intangível	103	419	554
6.01.01.07	Provisão para contingências	4.922	-1.996	10.873
6.01.01.08	Receita diferida	-10.882	-8.311	-7.343
6.01.01.09	Baixa líquida de arrendamento	-77	-47	0
6.01.01.10	Perda de arrecadação	2.544	2.478	0
6.01.01.11	Capitalização de custo de empréstimos	-46.635	-15.802	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75.150	-148.231	5.032
6.01.02.01	Contas a receber	-8.235	-30.438	18.795
6.01.02.02	Tributos a recuperar	1.292	7.124	2.028
6.01.02.03	Partes relacionadas	0	0	445
6.01.02.04	Despesas antecipadas	3.092	2.378	1.494
6.01.02.05	Outros ativos	-95	-788	-556
6.01.02.06	Fornecedores	-15.657	2.356	13.882
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	-252	610	250
6.01.02.08	Tributos a pagar	288	-4.516	6.241
6.01.02.10	Depósitos judiciais	335	-10.344	-16.616
6.01.02.11	Realização de pagamentos de provisão para conserva especial	-64.514	-42.379	-32.754
6.01.02.12	Fornecedores - partes relacionadas	-129	3	-33
6.01.02.13	Contas a pagar	8.725	-72.237	11.856
6.01.03	Outros	-24.518	-24.228	-786.644
6.01.03.01	Juros pagos de empréstimos, debêntures e mútuo	-24.518	-22.598	-282.210
6.01.03.02	Correção monetária pagas de emprést e debêntures	0	0	-499.728

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-1.630	-4.706
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-337.855	-304.750	-197.672
6.02.01	Aplicações financeiras	0	-15.000	7.479
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-1.192	-2.767	-1.610
6.02.03	Adições ao intangível	-336.663	-286.983	-203.541
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-98.490	-50.157	140.863
6.03.01	Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	-50.000	-100.000	-1.062.761
6.03.02	Pagamento de dividendos	-6.115	-7.245	0
6.03.03	Pagamento de custos de transação	0	-30.795	-396.591
6.03.04	Pagamento de arrendamento operacional	-14.937	-12.117	-8.699
6.03.05	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	50.000	100.000	1.608.914
6.03.06	Aplicações financeiras - Reserva Debêntures	-77.438	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	68.380	-15.121	-279.652
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23.221	38.342	317.994
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	91.601	23.221	38.342

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	134.467	0	0	887.254
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	134.467	0	0	887.254
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.060	0	-48.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.060	0	-48.060
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-48.060	48.060	0	0
5.06.04	Reserva de retenção de lucro	0	0	-48.060	48.060	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	86.407	0	0	839.194

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	114.836	0	0	867.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	114.836	0	0	867.623
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.746	0	25.746
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.746	0	25.746
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.631	-25.746	0	-6.115
5.06.04	Reserva legal	0	0	1.287	-1.287	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucro	0	0	18.344	-18.344	0	0
5.06.06	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-6.115	0	-6.115
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	134.467	0	0	887.254

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	91.738	0	0	844.525
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-162	0	0	-162
5.02.01	Ajuste IFRS 16	0	0	-162	0	0	-162
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	91.576	0	0	844.363
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.505	0	30.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.505	0	30.505
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.260	-30.505	0	-7.245
5.06.04	Reserva legal	0	0	1.525	-1.525	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucro	0	0	21.735	-21.735	0	0
5.06.06	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-7.245	0	-7.245
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	114.836	0	0	867.623

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.142.461	953.089	970.833
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	772.229	674.181	725.614
7.01.02	Outras Receitas	370.232	278.908	245.219
7.01.02.01	Receita de construção	370.232	278.908	245.219
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-496.160	-362.476	-349.512
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-129.630	-86.358	-106.745
7.02.04	Outros	-366.530	-276.118	-242.767
7.02.04.01	Custo de construção	-366.530	-276.118	-242.767
7.03	Valor Adicionado Bruto	646.301	590.613	621.321
7.04	Retenções	-212.634	-194.911	-175.112
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-212.634	-194.911	-175.112
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	433.667	395.702	446.209
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.809	11.516	31.470
7.06.02	Receitas Financeiras	18.717	9.920	26.662
7.06.03	Outros	2.092	1.596	4.808
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	454.476	407.218	477.679
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	454.476	407.218	477.679
7.08.01	Pessoal	38.573	37.863	35.928
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.044	30.829	29.283
7.08.01.02	Benefícios	5.570	5.293	4.837
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.959	1.741	1.808
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.884	74.208	84.691
7.08.02.01	Federais	9.760	40.547	48.348
7.08.02.02	Estaduais	111	124	135
7.08.02.03	Municipais	38.013	33.537	36.208
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	416.079	269.401	326.555
7.08.03.01	Juros	415.395	269.172	325.203
7.08.03.02	Aluguéis	152	146	802
7.08.03.03	Outras	532	83	550

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-48.060	25.746	30.505
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-48.060	25.746	30.505

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Itatiba, 11 de março de 2022 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

1. Apresentação

Histórico

A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Até o dia 11 de maio de 2021 a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. era controlada diretamente pela *RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("RDB FIP")* e pelo *OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("OTP CRB FIP")*, no entanto, foi realizada uma reestruturação societária que substituiu o controlador direto RDB FIP para a *Rodovias do Brasil Holding S.A. ("RBH")*, sendo certo, contudo, que, uma vez que a RBH é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Companhia. Portanto, os controladores diretos da Companhia são a RBH e o OTP CRB FIP conforme organograma abaixo:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), via Perimetral de Itatiba (SPI-081/360) e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), que possui mais de 3,2 milhões de habitantes, Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,1 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 91 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos de veículos e equipamentos de apoio. Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 250 atendimentos por dia no ano de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Destaques

- ➔ **EBITDA Ajustado¹**: R\$ 606.038 mil no exercício de 2021 (+15,9% vs. 2020), com margem EBITDA Ajustado de 85,7% no ano (+0,9 p.p. vs. 2020);
- ➔ **Debêntures**: ratings nacionais de longo prazo das debêntures ODTR (1ª emissão) e CBAN (2ª emissão) reafirmados em AAA com perspectiva estável pela Fitch no dia 16 de dezembro de 2021;
- ➔ **CAPEX 2021²**: R\$ 432.658 mil investidos em ampliação e manutenção, destacando importantes obras como: a Perimetral de Itatiba (SPI-081/360), as Marginais da Rod. João Cereser (SP-360), o Prolongamento da Rod. Magalhães Teixeira (SP-083), o complexo de obras da Rod. Romildo Prado (SP-063), além de recuperação especial de pavimento.

3. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao quarto trimestre de 2021 ("4T21") e de 2020 ("4T20"), e aos exercícios de 2021 e 2020.

Tráfego

Tráfego	milhares					
Categoria	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Pesado	13.857	14.056	(1,4%)	53.901	50.605	6,5%
% VEQ Totais	58,7%	60,3%	(1,6 p.p.)	61,7%	62,5%	(0,8 p.p.)
Leve	9.749	9.237	5,5%	33.434	30.317	10,3%
% VEQ Totais	41,3%	39,7%	1,6 p.p.	38,3%	37,5%	0,8 p.p.
Total VEQ¹	23.606	23.293	1,3%	87.335	80.922	7,9%
Tarifa média ²	8,94	8,17	9,5%	8,60	8,12	5,8%

¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

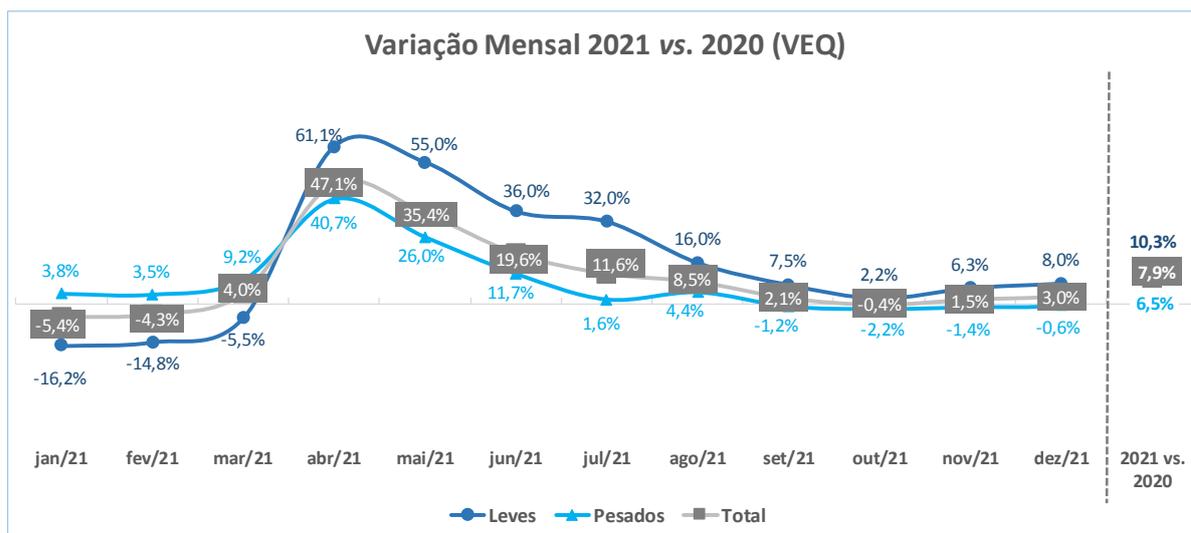
² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

O tráfego pedagiado em VEQ alcançou um total de 23.606 mil no 4T21 (aumento de 1,3% vs. 4T20) e 87.335 mil em 2021 (aumento de 7,9% vs. 2020). Tal crescimento de tráfego reflete a retomada do fluxo de veículos leves e a resiliência de veículos pesados durante o ano de 2021.

¹ EBITDA Ajustado de acordo com quadro "Composição do EBITDA" abaixo.

² CAPEX não considera juros capitalizados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Sessenta por cento do tráfego pedagiado em VEQ da Companhia é atrelado aos veículos pesados. No ano de 2021 continua valendo a suspensão do pagamento de eixo suspenso que foi decretada a partir do dia 31 de maio de 2018.

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais					
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Receita bruta de serviços	368.970	290.703	26,9%	1.142.461	953.089	19,9%
Receitas de Pedágio	211.139	190.246	11,0%	750.900	657.387	14,2%
% Receita líquida de serviços	60,2%	69,4%	(9,2 p.p.)	69,7%	73,4%	(3,7 p.p.)
Receitas Acessórias e outras	5.920	5.302	11,7%	21.329	16.794	27,0%
% Receita líquida de serviços	1,7%	1,9%	(0,2 p.p.)	2,0%	1,9%	0,1 p.p.
Receita Bruta Operacional	217.059	195.548	11,0%	772.229	674.181	14,5%
Receita de Construção	151.911	95.155	59,6%	370.232	278.908	32,7%
% Receita líquida de serviços	43,3%	34,7%	8,6 p.p.	34,4%	31,1%	3,2 p.p.
Impostos e contribuições sobre serviço	(18.185)	(16.394)	10,9%	(64.814)	(56.972)	13,8%
% Receita líquida de serviços	(5,2%)	(6,0%)	0,8 p.p.	(6,0%)	(6,4%)	0,3 p.p.
Receita líquida de serviços	350.785	274.309	27,9%	1.077.647	896.117	20,3%

A **Receita Bruta Operacional**¹ da Companhia totalizou R\$ 217.059 mil no 4T21 (aumento de 11,0% vs. 4T20) e R\$ 772.229 mil em 2021 (aumento de 14,5% vs. 2020), influenciado pelo crescimento das Receitas de Pedágio e das Receitas Acessórias.

As **Receitas de Pedágio** alcançaram R\$ 211.139 mil no 4T21 (aumento de 11,0% vs. 4T20) e R\$ 750.900 mil em 2021 (aumento de 14,2% vs. 2020). As variações são decorrentes dos efeitos da pandemia do COVID-19 principalmente no tráfego de 2020.

As **Receitas Acessórias** totalizaram R\$ 5.920 mil no 4T21 (aumento de 11,7% vs. 2020) e R\$ 21.329 mil em 2021 (aumento de 27,0% vs. 2020), decorrentes de novos contratos de utilização da Faixa de Domínio e de reajustes de contratos já existentes.

¹ Receita Bruta Operacional desconsidera Receita de Construção

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Provisão de Conserva Especial, Custos de Construção, Depreciação/Amortização, Despesas Gerais e Administrativas e pela Provisão de Contingências. Seguem abaixo os resultados do 4T21 e do exercício de 2021 em relação aos mesmos períodos de 2020:

Descrição	Em milhares de reais					
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Custos	(244.174)	(177.422)	37,6%	(728.404)	(580.153)	25,6%
Custos dos Serviços Prestados	(24.206)	(21.924)	10,4%	(81.750)	(74.114)	10,3%
Provisão de Conserva Especial	(15.049)	(9.206)	63,5%	(68.876)	(35.638)	93,3%
Custos de Construção	(150.405)	(94.203)	59,7%	(366.530)	(276.119)	32,7%
Depreciação/Amortização	(54.514)	(52.089)	4,7%	(211.248)	(194.282)	8,7%
Despesas	(9.737)	(9.135)	6,6%	(25.935)	(18.747)	38,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(4.934)	(6.280)	(21,4%)	(21.014)	(20.743)	1,3%
Provisão de Contingências	(4.803)	(2.855)	68,2%	(4.922)	1.996	(346,6%)
Total	(253.911)	(186.557)	36,1%	(754.339)	(598.900)	26,0%

Os **Custos** totalizaram R\$ 244.174 mil no 4T21 (aumento de 37,6% vs. 4T20), e R\$ 728.404 mil em 2021 (aumento de 25,6% vs. 2020). As principais variações ocorreram durante o ano de 2021 na rubrica de **Provisão de Conserva Especial**, devido ao incremento nos custos com obras de recapeamento asfáltico, sobretudo pelo aumento nos preços de asfalto, revisão no cronograma de execução do 3º ciclo de pavimento e sinalização no Corredor Dom Pedro I, e em **Custos de Construção** (ICPC 01-R1), devido à continuidade do grande volume de obras realizadas pela Companhia no 4T21.

As **Despesas** totalizaram R\$ 9.737 mil no 4T21 (aumento de 6,6% vs. 4T20), e R\$ 25.935 mil em 2021 (aumento de 38,3% vs. 2020). As variações na **Provisão de Contingências** apresentadas são justificadas tanto pela adequação interna das probabilidades processuais e da classificação de risco de perda pelos assessores jurídicos da Companhia realizadas em 2020, que resultou em modificação significativa dos riscos possíveis e prováveis de natureza cível, impactando positivamente o resultado em 2020, quanto pelo provisionamento de processo cível, conforme Nota Explicativa nº 20.

EBITDA

O EBITDA Ajustado do 4T21 apresentou resultado de R\$ 170.036 mil (crescimento de 12,4% vs. 4T20), e R\$ 606.038 mil em 2021 (crescimento de 15,9% vs. 2020). A retomada no tráfego em 2021 permitiu a Companhia aumentar a margem EBITDA Ajustado de 84,7% em 2020 para 85,7% em 2021 (crescimento de 0,9 p.p.).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição do EBITDA				Em milhares de reais		
Descrição	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Resultado do exercício	(9.219)	713	(1.393,0%)	(48.060)	25.746	(286,7%)
(+/-) Resultado financeiro, líquido	111.634	86.977	28,3%	397.943	259.769	53,2%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	(4.550)	371	(1.326,3%)	(24.535)	13.298	(284,5%)
EBIT	97.865	88.061	11,1%	325.348	298.813	8,9%
Margem EBIT (%)	27,9%	32,1%	(4,2 p.p.)	30,2%	33,3%	(3,2 p.p.)
Depreciação e amortização	54.816	52.449	4,5%	212.634	194.911	9,1%
EBITDA	152.681	140.510	8,7%	537.982	493.724	9,0%
Margem EBITDA (%)	43,5%	51,2%	(7,7 p.p.)	49,9%	55,1%	(5,2 p.p.)
Margem de Construção ¹	(1.506)	(952)	58,2%	(3.702)	(2.790)	32,7%
Provisão de Conserva Especial ²	15.049	9.206	63,5%	68.876	35.638	93,3%
Provisão de Contingência	4.803	2.855	68,2%	4.922	(1.996)	(346,6%)
Outras receitas (despesas), líquidas	(991)	(309)	220,7%	(2.040)	(1.596)	27,8%
EBITDA Ajustado	170.036	151.310	12,4%	606.038	522.980	15,9%
Margem EBITDA Ajustado (%)	85,5%	84,5%	1,0 p.p.	85,7%	84,7%	0,9 p.p.

¹ Margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Resultado Financeiro

No 4T21, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 111.634 mil (aumento de 28,3% vs. 4T20) e de R\$ 397.943 mil em 2021 (aumento de 53,2% vs. 2020).

				Em milhares de reais		
Descrição	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Receitas Financeiras	7.103	1.537	362,1%	18.717	9.919	88,7%
Despesas Financeiras	(118.737)	(88.514)	34,2%	(416.660)	(269.688)	54,5%
Resultado Financeiro Líquido	(111.634)	(86.977)	28,3%	(397.943)	(259.769)	53,2%

As **Receitas Financeiras** totalizaram R\$ 7.103 mil no 4T21 (aumento de 362,1% vs. 4T20) e R\$ 18.717 mil em 2021 (aumento de 88,7% vs. 2020).

As **Despesas Financeiras** alcançaram R\$ 118.737 mil no 4T21 (aumento de 34,2% vs. 4T20) e R\$ 416.660 mil em 2021 (aumento de 54,5% vs. 2020).

Estes significativos aumentos são decorrentes: (i) da correção monetária e juros medida pelo IPCA e CDI, que são os principais indexadores dos empréstimos e debêntures da Companhia, e (ii) da reversão do ajuste a valor presente (AVP) da provisão da conserva especial, ocorridos no 2T21, devido à realização de obras de recapeamento asfáltico e sinalização no Corredor Dom Pedro I, conforme Nota Explicativa nº 21.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Var. %
Dívida Bruta	2.616.142	2.219.780	17,9%
Empréstimos e Debêntures	2.616.142	2.219.780	17,9%
Caixa e Aplicação Financeira	(198.291)	(54.303)	265,2%
Dívida Líquida	2.417.851	2.165.477	11,7%

Em 20 de setembro de 2013 foi firmado, entre Concessionária (“Companhia”) e a então controladora Odebrecht Transport S.A. (“OTP”), o “*Instrumento Particular de Mútuo Subordinado e Outras Avenças*” (“Contrato de Mútuo”). As Debêntures ODTR11, conforme definidas abaixo, foram emitidas pela OTP em 15 de outubro de 2013, nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Odebrecht TransPort S.A.*” (“Debêntures ODTR11”), e foram objeto de oferta pública, com esforços restritos, conforme Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Nos termos do “*Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças*”, firmado em 29 de janeiro de 2019, foi realizada a cessão pela OTP, e a respectiva assunção integral pela Companhia, de todos os direitos e obrigações assumidos no âmbito da primeira emissão de debêntures da OTP, código ODTR11, para a Companhia, conforme Terceiro Aditamento da Escritura de Emissão das Debêntures ODTR11 celebrado em 27 de maio de 2019. Em contrapartida, a dívida que era oriunda do Contrato de Mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitada.

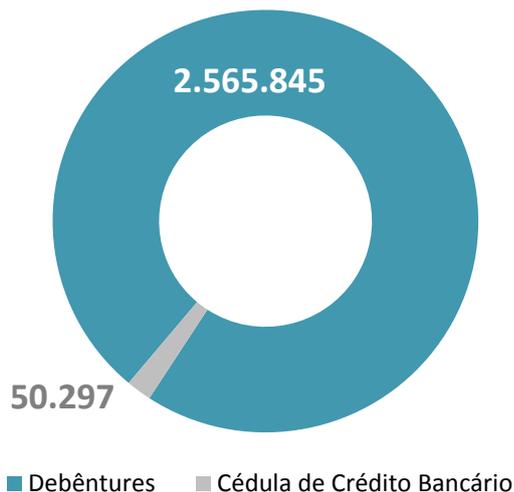
Em 15 de novembro de 2019, a Companhia realizou a sua segunda emissão de debêntures simples, em cinco séries, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400 de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 Debêntures, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série (CBAN22), e 15 de julho de 2034 para as demais Séries (CBAN12, CBAN32, CBAN52, CBAN72).

O saldo da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2021 aumentou em 11,7% quando comparado a 31 de dezembro de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Composição da Dívida	Em milhares de reais			
	Descrição	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	%
Debêntures		2.565.845	2.169.428	98%
Cédula de Crédito Bancário		50.297	50.352	2%
Total		2.616.142	2.219.780	100%



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Investimentos

Embora todos os desafios impostos pelo COVID-19, como queda no tráfego e incertezas macroeconômicas, os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no ano de 2021 foram de R\$ 432.658 mil¹, demonstrando a responsabilidade e o compromisso da companhia com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R\$ 3,4 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T21 estão detalhadas abaixo:

- ✓ Continuidade dos serviços na Perimetral de Itatiba (SPI-081/360), construção dos Postos de Pesagem móvel nos kms 0+800 e 1+500, e SAU no km 1+900;
- ✓ Continuidade da implantação do Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos;
- ✓ Continuidade da construção de Posto de Pesagem fixa no km 56+160 Pista Sul, da SP-065;
- ✓ Continuidade dos serviços das Marginais da Rodovia João Cereser (SP-360), nas duas laterais do km 62+000 ao 65+000;

¹ CAPEX não considera juros capitalizados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ Conclusão dos serviços da Estrada secundária com 1573 m - km 31+000, da SP-065;
- ✓ Conclusão da Estrada secundária com 256,475 m - km 40+260, da SP-065;
- ✓ Conclusão dos serviços da Estrada secundária com 180 m - km 44+600, da SP-065;
- ✓ Continuidade dos serviços do complexo de obras da SP-063, Faixa Adicional do Km 2+500 ao 3+500, Implantação do Dispositivo do Km 3+500, Retificação do Traçado do Km 4+100 ao 5+250 e Implantação do Dispositivo do Km 5+500;
- ✓ Continuidade da implantação da Faixa Adicional do Km 15+100 ao 15+700, das SP-063
- ✓ Conclusão da implantação da Passarela no Km 122;
- ✓ Continuidade da implantação da Passarela no Km 126 da SP 332, e no Km 63+100 da SP-065;
- ✓ Conclusão da construção da parada de carga especial do Km 124, da SP-065;
- ✓ Continuidade da construção da parada de carga especial do Km 77, da SP-065;
- ✓ Continuidade da construção do posto de pesagem móvel do Km 97, da SP-065;
- ✓ Início da construção do posto de pesagem móvel do Km 92, da SP-065;
- ✓ Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Resultado líquido

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2021 um resultado líquido acumulado negativo de R\$ 48.060 mil.

4. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizados aproximadamente 91 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

- 61,7% de serviços de inspeção;
- 19,5% de serviços de guincho;
- 14,5% de serviços mecânicos;
- 3,7% de serviços pré-hospitalares;
- 0,6% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Companhia, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de *Compliance* e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contava com 639 integrantes em seu quadro.

Em relação aos impactos provocados pelo COVID-19, no ano de 2021, a Companhia continuou adotando várias medidas mitigatórias destes efeitos, para garantir a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores, seguem abaixo as principais ações:

- i.** Regime de home office para as áreas Administrativas, com retorno ao trabalho no 15º (décimo quinto) dia após receber a dose única ou segunda dose da vacina contra a COVID-19;
- ii.** Entrevistas de contratações remotas;
- iii.** Instalação de totens de álcool gel com orientações de saúde;
- iv.** Uso obrigatório de máscaras;
- v.** Limitadores de distância nas portarias de entrada e relógios de ponto;
- vi.** Aferição de temperatura nas portarias e nos colaboradores ao acessarem os veículos de transporte;
- vii.** Intensificação dos serviços de limpeza;
- viii.** Campanhas de cuidado com a saúde e higiene;
- ix.** Acompanhamento dos colaboradores suspeitos e/ou positivos de COVID-19, com o afastamento das suas atividades até alta médica pela saúde ocupacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Projeto Jovem Aprendiz

A Companhia, em parceria com as Instituições Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI") e Associação de Educação do Homem de Amanhã ("AEDHA - Guardinha") por meio do Projeto Jovem Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contava com 24 aprendizes em seu efetivo.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contava em seu quadro com 26 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

5. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além dos órgãos estatutários e de governança, a Companhia conta com comitês de assessoria ao conselho de administração, tais como: Comitê de Investimentos, Comitê Financeiro, Comitê Jurídico e Comitê Regulatório.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 2020, a Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Conduta e Código de Ética

A Política de *Compliance* prevê a realização de programas de capacitação dos Integrantes da Companhia sobre os temas da Política. Quando da admissão de novos Integrantes, é realizado com cada novo Integrante o programa de capacitação a respeito da Política de *Compliance* da Companhia. Além disso, anualmente são promovidos treinamentos com todos os Integrantes da Companhia sobre a Política de *Compliance* e as demais políticas internas da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Política de *Compliance* se aplica a todos os Integrantes e pode ser consultada por eles através de comunicados internos, bem como através do portal interno de comunicação da Companhia. A terceiros, a Política é aplicada por meio da atuação dos Líderes, que são responsáveis pela contratação e pelo cadastro destes. Tais Líderes devem implantar e formalizar um processo de avaliação e diligência dos terceiros de acordo com os princípios da Política de *Compliance*, além do treinamento de *Compliance* na integração dos profissionais Terceiros, que ingressam na Empresa para prestação de serviços.

O Sistema de *Compliance* da Companhia é composto por um canal de comunicação confidencial, administrado por uma empresa independente, a ICTS Outsourcing, por meio do qual são recebidos, tanto pelo 0800, quanto pelo website, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são comunicados periodicamente ao Comitê de Ética. O canal de denúncia da Companhia possui mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Ademais, a Companhia realiza campanhas periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", pequenas notas sobre ética em coluna denominada "Cantinho da Ética".

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

6. Responsabilidade Socioambiental

Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas.

Rota da Educação - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos. O Rota da Educação já beneficiou mais de 73 mil alunos desde o início de suas atividades.

Parada Legal - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

Por Cima do Risco - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

Campanha do Agasalho - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Responsabilidade Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos Integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas para gerenciamento de resíduos, consumo de água e energia, emissão de gases de efeito estufa, preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa de reflorestamento de árvores nativas, prioritariamente em áreas de preservação permanente e formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), por meio do plantio compensatório nas áreas onde atua.

Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim, desde abril de 2009, mais de 404 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde", onde são realizadas excursões de escolas públicas para as áreas de plantio compensatório com intuito de conscientizar "na prática" a nova geração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Respeito à Fauna

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos, minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

Monitoramento de Focos de Incêndio

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Além disso, a Concessionária conta com as 91 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Rota das Bandeiras recolheu neste quarto trimestre de 2021, em média, 33,4 toneladas de resíduos por mês no Corredor Dom Pedro. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Afinal, a Rota das Bandeiras possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla o gerenciamento e destinação adequada de resíduos, como por exemplo os resíduos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de construção civil, varrição, entre outros.

A concessionária busca a reutilização de materiais nobres em suas obras, através de inovações tecnológicas, como o "asfalto ecológico", o qual reutiliza pneus usados como matéria-prima. A técnica já foi aplicada em trechos da SP-332, Zeferino Vaz. Outra prática é a utilização do material fresado, oriundo da recuperação de pavimento, o qual é destinado à recuperação de vias vicinais dos municípios no entorno do Corredor Dom Pedro.

7. Considerações Finais

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Audidores Independentes

Em atendimento às determinações da Instrução CVM 381/2003, informamos que a BDO RCS Auditores Independentes, empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes atender as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações financeiras padronizadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Itatiba, 11 de março de 2022.

A Administração.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), com Sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009, e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Concessionária possui seis Termos Aditivos Modificativos (“TAM”) com a ARTESP, sendo: (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B; (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009; (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto (“PaP”) na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local aonde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto; (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220; (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão; (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400.

O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), fundo de investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC (“Farallon”) e Mubadala Investment Company (“Mubadala”).

No quarto trimestre de 2020, os cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, no RDB FIP pelos fundos geridos pela Farallon.

Não obstante, cumpre salientar que Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação, no âmbito dos investidores do RDB FIP, não teve como efeito a alienação do controle indireto da Companhia.

Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Companhia à Rodovias do Brasil Holding S.A. (“RBH”), sociedade controlada pelo RDB FIP. Desta forma, a RBH, passou a ser acionista direta da Companhia, passando a deter o equivalente a 85% de seu capital social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Companhia, sendo certo, contudo, que, uma vez que a RBH é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Companhia.

Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Companhia, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da companhia, de forma que não se aplica o previsto no art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”).

Capital circulante líquido negativo

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais, conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras do país para complementar sua necessidade de caixa e faz negociações com seus fornecedores para ampliação dos prazos de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2021 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 274.406 (R\$ 241.245 em 31 de dezembro de 2020).

Impactos do Coronavírus (Covid-19)

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a Companhia informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve uma redução no tráfego (em eixos equivalentes) de aproximadamente 7%, em comparação com a melhor estimativa para o ano de 2020, porém, em relação ao tráfego (em eixos equivalentes) realizado de 2020, houve um aumento de aproximadamente 7,9%.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reestruturação financeira realizada pela Companhia em dezembro de 2019, sobretudo o prazo de carência de dois anos para o início da amortização das Debêntures da Segunda Emissão, asseguraram a manutenção das atividades operacionais e permitiram adequar a execução do plano de investimentos, ainda que em cenários de estresse.

Vale ressaltar que a Companhia vem sendo diligente na administração do Contrato de Concessão, mantendo comunicações periódicas junto ao Poder Concedente e Agência Reguladora (ARTESP), de forma a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Importante mencionar que, mesmo após considerar os efeitos do Covid-19, os ratings nacionais de longo prazo da Primeira Emissão de Debêntures ODTR11 e da Segunda Emissão de Debêntures da Rota das Bandeiras foram reafirmados em AAA com perspectiva estável pela Fitch Ratings, conforme último relatório divulgado no dia 16 de dezembro de 2021.

Considerando as melhores práticas, a Companhia está sendo diligente no monitoramento e prevenção da Covid-19. Neste sentido, salientamos que foram adotadas medidas afins de garantir a segurança de seus funcionários, usuários e prestadores de serviços.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 3.2 e 3.3.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 11 de março de 2022.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48(IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

- (a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- (b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15.

(ii) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Impairment de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de cada dívida, com base no método de custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

f) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar e licenças de software, avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e da licença do software.

g) Imposto de renda e contribuição social e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota Explicativa nº 9).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

h) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

j) Ativos intangíveis**(i) Infraestrutura**

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, de acordo com às taxas anuais mencionadas na (Nota Explicativa nº 13 (a)).

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa incorridas do período.

(iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento da concessão (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga da Concessão”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão.

k) Provisões**(i) Provisão para manutenção**

A Companhia reconheceu uma provisão para conserva especial, decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(ii) Provisão para ações judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº 20).

l) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14).

m) Credor pela aquisição da concessão

Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente.

n) Debêntures e empréstimos

Os recursos financeiros tomados através emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****p) Receitas de contratos com clientes****(i) Receita de serviço**

A Companhia adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/ICPC 01 e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota Explicativa nº 11), onde a Companhia estima que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2021	2020	2021	2020	2021	2020
370.232	278.908	(366.530)	(276.118)	3.702	2.790

q) Benefícios a empregados**(i) Obrigações de aposentadoria**

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede aos seus integrantes a opção de adesão ao plano de previdência complementar, firmando junto à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A (“MetLife”).

Em 29 de setembro de 2021, por meio da Portaria PREVIC nº 640, publicado no Diário Oficial da União, foi aprovada a retirada de patrocínio da Companhia e o fechamento do plano de previdência complementar firmado junto à Vexty Previdência (anteriormente denominada Odebrecht Previdência).

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O novo plano de previdência complementar da Companhia, administrado pela MetLife proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contrapartidas mensais da patrocinadora. As contribuições da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de R\$ 697 e R\$ 685, respectivamente.

O risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano junto à MetLife o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 - Benefícios a empregados.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 4.723 (R\$ 5.228 em 2020).

r) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

s) Arrendamento e Direito de uso

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Concessionária avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos, mensurados à valor presente com base nos pagamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

O cálculo do valor presente dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos é realizado com base na taxa média de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada.

2.3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

a) Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR “fase 2” (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16):

Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021 e complementam as realizadas em 2019 (“fase 1”). As alterações proporcionaram alívio à Companhia, em relação a certos empréstimos (nota 15) cujos termos contratuais são afetados pela reforma da taxa de juros de referência.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):

A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16 / CPC 06-R2 foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

- A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022;
- A Companhia avaliou que não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

2.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021**a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)**

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022;
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022;

- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023;
- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023;
- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.6. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Gestão de risco financeiro**a) Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa são suficientes para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Saldos em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	240.200	26.216	-	-
Debêntures (i)	135.387	239.502	1.441.513	3.414.741
Cédula de Crédito Bancário (i)	55.828	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	222.505	28.573	-	-
Debêntures (i)	19.701	91.613	1.064.952	3.515.523
Cédula de Crédito Bancário (i)	52.851	-	-	-

- (i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e empréstimos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2021, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

(i) Ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI, vigente em 31 de dezembro de 2021, extraído pela projeção do Banco Santander em 07 de janeiro de 2022, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2021.

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2021	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário II Adverso extremo	
			Taxa	Receita	Taxa	Receita	Taxa	Receita
Aplicações Financeiras	Redução no CDI	106.690	12,25%	13.070	9,19%	9.802	6,13%	6.535

(ii) Passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI e IPCA vigente em 31 de dezembro de 2021, extraídos pelas projeções do Banco Santander e do Relatório Focus do BCB no 07 de janeiro de 2022, foi definido o cenário provável (cenário I) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a partir deste, foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2021:

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2021	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário II Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Empréstimos	Alta no CDI	50.675	12,25%	(6.208)	15,31%	(7.760)	18,38%	(9.312)
Debêntures	Alta no CDI	50.603	12,25%	(6.199)	15,31%	(7.749)	18,38%	(9.298)
Debêntures	Alta no IPCA	74.767	5,03%	(3.761)	6,29%	(4.701)	7,55%	(5.641)

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores das dívidas da Companhia.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

e) Exposição aos riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Debêntures e empréstimos

As debêntures e os empréstimos, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****3.1. Gestão de capital**

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumarizados:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Total dos empréstimos e debêntures (Nota nº 15)	2.616.142	2.219.780
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	(91.601)	(23.221)
Aplicações Financeiras (Nota nº 7)	(106.690)	(31.082)
Dívida líquida	2.417.851	2.165.477
Total do patrimônio líquido	839.194	887.254
Total do capital próprio e de terceiros	3.257.045	3.052.731
Índice de alavancagem financeira - %	74%	71%

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados:

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

a) Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota n° 6)	-	-	91.601	23.221
Aplicações financeiras (Nota n° 7)	106.690	31.082	-	-
Contas a receber (Nota n° 8)	-	-	58.708	49.859
	106.690	31.082	150.309	73.080
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures (Nota n° 15) (i)	-	-	2.616.142	2.219.780
Arrendamento mercantil operacional (Nota n° 16)	-	-	5.748	13.469
Fornecedores (Nota n° 14)	-	-	260.010	247.047
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota n° 17)	-	-	-	129
Outros passivos	-	-	6.406	3.902
	-	-	2.888.306	2.484.327

(i) Valor líquido do custo de transação.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	57.002	48.395
Receitas acessórias	1.706	1.464
Total de contas a receber	58.708	49.859
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira (i)	87.616	19.318
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	87.616	19.318
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Bancos conta movimento	2.057	1.775
Numerários em trânsito	1.328	1.470
Fundo de troco	595	653
	3.985	3.903
	91.601	23.221

- (i) A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	BB-	Ba2	BB-
Banco BTG Pactual S.A.	AA	AAA	AAA
Banco Santander S.A.	-	Aaa	AAA
Banco Finaxis S.A.	AAA	-	-
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA	AA+	AAA
Banco Safra S.A.	-	Ba1	-

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito (i)	1.328	1.470
Fundo de troco	595	653
Bancos conta movimento	2.057	1.775
Aplicações financeiras (ii)	87.616	19.318
	91.601	23.221

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- (ii) Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 85% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a fundos de investimentos remunerados, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Aplicações financeiras (i)	27.683	31.082
Total de aplicações financeiras	27.683	31.082
Aplicações financeiras vinculadas (ii)	79.007	-
Total de Aplicações financeiras vinculadas	79.007	-
	<u>106.690</u>	<u>31.082</u>
Circulante	-	8.009
Não circulante	106.690	23.073

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, compõe o saldo de aplicações financeiras o montante de R\$ 27.683 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 31.082), referente a aquisições de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores CRB ("FIDC" ou "Fundo") efetuadas a partir de 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de 100% do CDI. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detêm contra a Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de uma administradora especializada;
- (ii) A aplicação financeira vinculada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2ª Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 01 de janeiro de 2021, a Companhia deverá depositar parcelas mensais que sejam necessárias, para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento ODTR11 compreenda o montante mínimo suficiente para quitação integral das Debêntures ODTR11, incluindo o valor nominal unitário, remuneração e eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média da aplicação financeira no Fundo DI Títulos Públicos Premium (Santander) foi de 98,62% do CDI, nos últimos doze meses.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****8. Contas a receber**

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)	50.317	45.162
Vale pedágio (i)	6.685	6.391
Receitas acessórias	1.706	1.464
	<u>58.708</u>	<u>53.017</u>
Ativo circulante	54.040	49.859
Ativo não circulante	4.668	3.158

(i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	248.066	186.423
Benefício fiscal (âgio) (i)	19.599	39.198
Provisão para contingências (i) (a)	6.756	5.083
Outras Provisões (i) (a)	260	284
Provisão para conserva especial (i) (a)	3.214	8.044
Participação nos lucros e resultados (i) (a)	1.607	1.778
Resultado diferido (CPC 47) (i) (a)	1.756	-
	<u>281.258</u>	<u>240.810</u>
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	58.590	56.058
Margem de construção	8.206	7.495
Encargos financeiros	1.162	1.478
Juros e encargos capitalizados	21.089	5.373
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei n°. 12.973)	49.997	52.882
Arrendamento Mercantil	(325)	(479)
	<u>138.719</u>	<u>122.806</u>
	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	281.258	240.810
Tributos diferidos passivos	(138.719)	(122.806)
	<u>142.539</u>	<u>118.004</u>

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A variação líquida em 31 de dezembro de 2021, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2020, relativa aos impostos diferidos totalizou um aumento de R\$ 24.535.

- (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Outros (a)	Compensação
				Total
2022	8.327	19.599	-	27.926
2023	27.109	-	-	27.109
2024	38.398	-	-	38.398
2025	41.292	-	-	41.292
2026 em diante	132.940	-	-	132.940
	248.066	19.599	13.593	281.258

- a) Diferenças temporárias de provisão para PLR, contingências, conserva especial e outros resultados diferidos que sofrem movimentações constantes de adições e exclusões, durante todo o período da concessão.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Depósitos judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	401	1.750	65.813	1.835	69.799
Adições	130	102	278	-	510
Baixas	(155)	(157)	(186)	(347)	(845)
Atualização monetária	35	146	2.896	176	3.253
Saldos em 31 de dezembro de 2021	411	1.841	68.801	1.664	72.717

- (i) Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Companhia mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve atualização para esse processo.

11. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras:

	<u>31 de dezembro de 2020</u>		<u>31 de dezembro de 2021</u>
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências de obra (i)</u>
			<u>Líquido</u>
Edifícios e instalações	22.494	55.700	(24.442)
Hardware equipamentos de pedágio	4.685	8.522	(4.591)
Demais melhorias e ampliações	94.386	217.862	(108.204)
Desapropriações	12.508	32.976	(1.010)
Custos de empréstimos (i)	15.962	47.106	(18.230)
Meio ambiente e elementos de segurança	3.277	6.715	(73)
	<u>153.312</u>	<u>368.881</u>	<u>(156.550)</u>
			<u>365.643</u>

- (i) Obras concluídas transferidas de ativo de contrato para ativo intangível;
(ii) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures, utilizadas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referem-se a ampliações e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Os principais investimentos realizados foram: Perimetral de Itatiba (SP-360), Posto Geral de Fiscalização dos kms 55 e 56 (SP-065), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083) até nas proximidades do Aeroporto Internacional de Viracopos, Marginal de Jundiá entre o km 62 ao 65 (SP-360), Posto Geral de Fiscalização do km 11, pista sul (SP-083), Faixas adicionais e acostamentos do km 2+100 (SP-063) e Parada de carga especial km 124+600, pista sul (SP-065).

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****12. Imobilizado****a) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
				Líquido	Líquido
Equipamentos	20	2.619	(1.020)	1.599	577
Móveis e utensílios	10	10	(3)	7	55
		2.629	(1.023)	1.606	632

b) Movimentação

	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Imobilização em andamento	Total
Custo	1.298	790	-	2.088
Depreciação acumulada	(721)	(735)	-	(1.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	577	55	-	632
Adições	1.344	-	148	1.492
Baixas, líquidas de depreciação	(20)	-	-	(20)
Reclassificação de ativos (i)	-	-	(148)	(148)
Depreciação	(302)	(48)	-	(350)
Saldo contábil	1.599	7	-	1.606
Custo	2.619	10	-	2.629
Depreciação acumulada	(1.020)	(3)	-	(1.023)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.599	7	-	1.606

(i) Reclassificação de saldo de Ativo Imobilizado para Ativo Intangível, referente a custos com a implementação do novo ERP de Gestão Administrativa e Financeira.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****13. Intangível****a) Composição**

			<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	552.076	(108.039)	444.037	434.285
Pavimentações	585.706	(449.141)	136.565	227.135
Hardware equipamentos de pedágio	91.029	(24.145)	66.884	67.286
Demais melhorias e ampliações	1.064.286	(132.871)	931.415	858.527
Desapropriações	247.522	(40.100)	207.422	214.579
Custos de empréstimos	18.230	(415)	17.815	-
Máquinas e equipamentos	3.498	(1.736)	1.762	2.239
Móveis e utensílios	2.015	(821)	1.194	1.396
Veículos	7.688	(4.706)	2.982	2.922
Meio ambiente e elementos de segurança	206.939	(37.339)	169.600	176.224
	2.778.989	(799.313)	1.979.676	1.984.593
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.238	(393.266)	943.972	981.259
Direito de uso (iii)	31.505	(26.387)	5.118	12.357
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	5.639	(2.688)	2.951	3.840
	1.374.382	(422.341)	952.041	997.456
	4.153.371	(1.221.654)	2.931.717	2.982.049

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(i) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas de crescimento macroeconômica.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção de 1% e foi estimada, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05.

(ii) Direito de outorga da concessão

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato.

(iii) Direito de uso

O direito de uso corresponde a alteração exigida pelo CPC 06(R2), a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacionais.

(iv) Softwares adquiridos de terceiros

Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear, alocados no resultado do período.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****b) Movimentação**

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento (i)	Total
Custo	2.621.386	1.337.238	5.492	30.095	3.994.211
Amortização acumulada	(636.793)	(355.979)	(1.652)	(17.738)	(1.012.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.984.593	981.259	3.840	12.357	2.982.049
Adições	1.351	-	-	4.127	5.478
Transferências de obras (ii)	156.550	-	-	-	156.550
Rescisão de contratos	-	-	-	(141)	(141)
Reclassificação de ativos (iii)	-	-	148	-	148
Baixas, líquidas de depreciação	(83)	-	-	-	(83)
Amortização	(162.735)	(37.287)	(1.037)	(11.225)	(212.284)
Saldo contábil	1.979.676	943.972	2.951	5.118	2.931.717
Custo	2.778.989	1.337.238	5.639	31.505	4.153.371
Amortização acumulada	(799.313)	(393.266)	(2.688)	(26.387)	(1.221.654)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.979.676	943.972	2.951	5.118	2.931.717

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****(i) Direito de uso de arrendamento**

	<u>Imóveis</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Custo	898	25.575	3.622	30.095
Amortização acumulada	(484)	(14.809)	(2.445)	(17.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	414	10.766	1.177	12.357
Adições	345	1.235	2.547	4.127
Rescisão de contratos	(129)	-	(12)	(141)
Amortização	(172)	(9.419)	(1.634)	(11.225)
Saldo contábil	458	2.582	2.078	5.118
Custo	985	26.556	3.965	31.505
Amortização acumulada	(527)	(23.974)	(1.887)	(26.387)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	458	2.582	2.078	5.118

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados no resultado do exercício os contratos de arrendamento mercantil de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento:

	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Arrendamento de curto prazo	30	24
Arrendamento excedentes	6	6
	<u>30</u>	<u>30</u>

- (ii) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para o ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 11;
- (iii) Reclassificação de saldo de ativo imobilizado para intangível, referente a implementação do novo ERP de gestão administrativa e financeira.

14. Fornecedores

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Fornecedores nacionais	260.010	247.047
	<u>260.010</u>	<u>247.047</u>
Passivo circulante	233.794	218.474
Passivo não circulante	26.216	28.573

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

Os fornecedores têm a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”). O saldo equivalente a estes contratos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são de R\$ 197.396 e R\$ 191.448, respectivamente.

15. Empréstimos e debêntures

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
1ª Emissão Debêntures ODTR11 (a)	R\$	IPCA + 6,70%	325.090	293.480
2ª Emissão Debêntures CBAN (a)	R\$	IPCA + 5,0% / IPCA + 5,2% / CDI + 2,0%	2.671.424	2.358.123
Cédula de Crédito Bancário (d)	R\$	CDI + 2,49%	50.675	50.352
Custos a amortizar (b)	R\$		(431.047)	(482.175)
			<u>2.616.142</u>	<u>2.219.780</u>
(-) Passivo circulante				
Debêntures			(110.649)	(18.842)
Cédula de Crédito Bancário			(50.297)	(50.352)
			<u>(160.946)</u>	<u>(69.194)</u>
Passivo não circulante				
Debêntures			(2.455.196)	(2.150.586)
			<u>(2.455.196)</u>	<u>(2.150.586)</u>
			<u>(2.616.142)</u>	<u>(2.219.780)</u>

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****(a) Debêntures**

Em 15 de novembro de 2019, a Companhia realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

Conforme obrigação escritural da Debênture ODTR11, a Companhia deve realizar pagamentos anuais e consecutivos de juros remuneratórios, até o prazo de liquidação. Em 14 de outubro de 2021, a Companhia realizou o pagamento do valor de juros remuneratórios da Debênture ODTR11, no montante total de R\$ 20.832.

A composição da operação da escrituração das debêntures em aberto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 de 2020, está apresentada da seguinte forma:

<u>Liberação</u>	<u>Série</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos (% a.a.)</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Novembro-13	ODTR 1º série	300.000	outubro-25	IPCA + 6,70%	325.090	293.480
Dezembro-19	CBAN 1º série	859.479	até julho-34	IPCA + 5,0%	1.103.664	949.088
Dezembro-19	CBAN 2º série	700.000	até julho-27	CDI + 2,0%	783.970	736.298
Dezembro-19	CBAN 3º série	240.771	até julho-34	IPCA + 5,2%	310.383	266.406
Dezembro-19	CBAN 5º série	199.750	até julho-34	IPCA + 5,2%	257.502	221.018
Dezembro-19	CBAN 7º série	167.482	até julho-34	IPCA + 5,2%	215.905	185.314
					2.996.514	2.651.603

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão será amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, a partir de 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

<u>Datas de Amortização da Primeira, Terceira, Quinta e Sétima Série CBAN</u>	<u>(i)</u>	<u>Datas de Amortização da Segunda Série CBAN</u>	<u>(ii)</u>	<u>Datas de Amortização da Primeira Série ODTR11</u>	<u>(iii)</u>
Jul/22	0,25%	jul/22	1,00%	Outubro de 2025	100,00%
Jan/23	0,13%	jan/23	0,50%	-	-
Jul/23	0,13%	jul/23	0,50%	-	-
Jan/24	0,13%	jan/24	4,50%	-	-
Jul/24	0,13%	jul/24	4,50%	-	-
Jan/25	0,13%	jan/25	13,50%	-	-
Jul/25	0,13%	jul/25	13,50%	-	-
Jan/26	0,25%	jan/26	14,00%	-	-
Jul/26	0,25%	jul/26	14,00%	-	-
Jan/27	0,25%	jan/27	17,00%	-	-
Jul/27	0,25%	jul/27	17,00%	-	-
Jan/28	6,00%	-	-	-	-
Jul/28	6,00%	-	-	-	-
Jan/29	6,50%	-	-	-	-
Jul/29	6,50%	-	-	-	-
Jan/30	6,75%	-	-	-	-
Jul/30	6,75%	-	-	-	-
Jan/31	6,75%	-	-	-	-
Jul/31	6,75%	-	-	-	-
Jan/32	6,75%	-	-	-	-
Jul/32	6,75%	-	-	-	-
Jan/33	7,00%	-	-	-	-
Jul/33	7,00%	-	-	-	-
Jan/34	9,25%	-	-	-	-
Jul/34	9,25%	-	-	-	-

- (i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da Primeira Série, Terceira Série, Quinta Série e Sétima Série a ser amortizado;
(ii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado;
(iii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da Primeira Série a ser amortizado.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****(b) Custo de captação**

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (“TIR”) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Debêntures Total	CCB Santander	31 de dezembro de 2021 Total	31 de dezembro de 2020 Total
Saldos no início do período	482.175	-	482.175	529.161
Constituição Custo de Transação (-) Amortizações	- (51.506)	450 (72)	450 (51.578)	- (46.986)
Saldo no final do período	430.669	378	431.047	482.175
Passivo circulante			15.098	859
Passivo não circulante			415.949	481.316

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures CBAN 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Série	Debêntures CBAN 2ª Série	Debêntures ODTR11 1ª Série	CCB Santander	Total
2022	8.874	5.629	218	378	15.098
2023	34.389	27.797	1.156	-	63.342
2024	35.374	25.839	1.191	-	62.404
2025	36.339	19.463	925	-	56.727
2026	37.255	11.601	-	-	48.856
2027 em diante	182.216	2.404	-	-	184.620
	334.447	92.733	3.490	378	431.047

(c) Prazo de vencimento

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2023	124.921	(63.342)	61.579	11.873	(51.790)	(39.917)
2024	160.589	(62.404)	98.185	11.873	(54.385)	(42.512)
2025	444.292	(56.727)	387.565	74.195	(55.015)	19.180
2026	220.117	(48.856)	171.261	434.160	(54.184)	379.976
2027 em diante	1.921.227	(184.620)	1.736.607	2.099.801	(265.942)	1.833.859
	2.871.144	(415.948)	2.455.196	2.631.902	(481.316)	2.150.586

(d) Cédula de Crédito Bancário

Em 17 de novembro de 2020, a Companhia realizou a 3ª emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB), em favor do Banco Santander do Brasil S.A., com o valor principal de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 3,48% a.a., calculados de forma exponencial *pro rata temporis*, (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis, e comissão de 0,40% a.a., com prazo de vencimento do valor principal em 17 de novembro de 2021. Os juros remuneratórios serão pagos trimestralmente a partir de 17 de fevereiro de 2021, até o vencimento final em 17 de novembro de 2021. Não há constituição de garantias.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 17 de novembro de 2021, a Companhia realizou a 4ª emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB), em favor do Banco Santander do Brasil S.A., no valor principal de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 2,31% a.a., calculados de forma exponencial *pro rata temporis* (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis e comissão de 0,18% a.a., com prazo de vencimento do valor principal e dos juros remuneratórios a partir de 14 de novembro de 2022. Não há constituição de garantias.

Nesta mesma data, a Companhia realizou o pagamento da 3ª emissão do CCB, no montante total 51.204, sendo R\$ 50.000, de principal e R\$ 1.204, de juros remuneratórios residuais ao vencimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos no total R\$ 3.686 de juros remuneratórios, da 3ª emissão do CCRB.

e) Movimentação de empréstimos e debêntures

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Saldos no início do exercício	2.219.780	1.981.036
Empréstimos pagos	(50.000)	(100.000)
Juros e correções provisionados de debêntures	365.743	210.484
Juros de empréstimos	4.009	3.872
Juros pagos de debêntures	(20.832)	(18.896)
Juros pagos de empréstimos	(3.686)	(3.702)
Cédula de crédito bancário	50.000	100.000
Constituição Custo de Transação	(450)	-
Amortização do custo de transação debêntures	51.506	46.986
Amortização do custo de transação CCB Santander	72	-
Saldos no final do exercício	<u>2.616.142</u>	<u>2.219.780</u>

As despesas financeiras das debêntures incorridas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I são capitalizadas juntamente com os demais custos da infraestrutura, conforme Nota Explicativa nº 11. A taxa média de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização do período foi de 11,74%. A reconciliação entre a capitalização dos custos de empréstimos com as despesas financeiras, está demonstrada na Nota Explicativa nº 26.

f) Garantias vigentes

As garantias constituídas pela Companhia são: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Companhia. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da ODTR11 em 1º grau e da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva.

g) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2021. Para as Debêntures CBAN da 2ª emissão, foram apurados no exercício 10,89x e 4,00x referente ao “ICSD” e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****16. Arrendamento mercantil operacional**

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	346	11.819	1.304	13.469
Adições	345	1.235	2.547	4.127
Rescisão de contratos	(133)	-	(85)	(218)
Baixas	(178)	(10.561)	(1.786)	(12.525)
Apropriação de juros	32	705	158	895
Saldos em 31 de dezembro de 2021	412	3.198	2.138	5.748
Passivo circulante	196	2.940	1.385	4.521
Passivo não circulante	216	258	753	1.227

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação que é de 9% a.a. A taxa corresponde ao custo médio de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada.

17. Partes relacionadas**a) Composição**

As transações que influenciaram o resultado e os investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Saldo	Transações	
	Passivo	Resultado	
	Fornecedores	Serviços prestados	Benefícios com pessoal
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	-	125	-
Vexty Previdência ("Vexty") (ii)	-	-	605
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	125	605
Saldos em 31 de dezembro de 2020	129	766	685

(i) Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO)

O montante de R\$ 125, refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação) prestados pela CNO.

(ii) Vexty Previdência (anteriormente denominada Odebrecht Previdência)

Os montantes de R\$ 605 e R\$ 685, referem-se a despesa com plano de previdência complementar dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

Conforme destacado no item P da Nota Explicativa nº 2.2, foi aprovado pela Portaria PREVIC nº 640, a retirada do patrocínio da Companhia e o fechamento do plano de previdência complementar com a Vexty Previdência.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****Fundo de Investimento de Direito Creditórios ("FIDC")**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 27.683, referente à aquisição de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores CRB, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

b) Honorários da Administração

A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, totalizou os montantes de R\$ 2.975 e R\$ 2.490, respectivamente:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Remunerações	2.393	2.014
Encargos	479	403
Previdência complementar	48	42
Outros	55	31
	<u>2.975</u>	<u>2.490</u>

18. Salários e encargos sociais

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Salários e ordenados	4.905	5.290
Encargos sociais	1.322	1.333
Provisão para férias, 13º salário e encargos	3.439	3.295
	<u>9.666</u>	<u>9.918</u>

19. Tributos a recolher

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Obrigações fiscais federais		
Impostos retidos na fonte	1.551	1.633
PIS a recolher	471	417
COFINS a recolher	2.202	1.930
	<u>4.224</u>	<u>3.980</u>
Obrigações fiscais municipais		
ISS retido na fonte	1.186	1.731
ISS a recolher	4.166	3.577
	<u>5.352</u>	<u>5.308</u>
	<u>9.576</u>	<u>9.288</u>
Passivo circulante	9.009	8.956
Passivo não circulante	567	332

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****20. Provisão para demandas judiciais**

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórios	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.156	8.750	229	4.815	14.950
Constituição	988	9.066	9	1.758	11.821
Reversão	(777)	(4.769)	-	(1.352)	(6.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.367</u>	<u>13.047</u>	<u>238</u>	<u>5.220</u>	<u>19.872</u>

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O principal processo judicial provisionado refere-se a:

Processos cíveis

Ação indenizatória referente acidente (atropelamento) ocorrido em 2011, na Rodovia Dom Pedro I (SP-065) nas proximidades do km 86+500m. Durante o curso processual, a Companhia sustentou não ter responsabilidade, uma vez que o local dos fatos se encontrava devidamente sinalizado com cones, conforme estabelecido pelo Manual de Operações. Todavia, apesar do farto conjunto probatório ofertado, em 19 de novembro de 2021, foi proferida sentença de procedência dos pedidos, condenando de forma solidária a Companhia, o motorista que conduzia o veículo, bem como a transportadora proprietária do veículo causador do atropelamento. A Companhia interpôs recurso de apelação em face da sentença, sendo que ainda não houve decisão de segundo grau. Em vista da decisão desfavorável, a Companhia, em respeito às normas estabelecidas pelo CPC 25, provisionou o montante acima citado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia também possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributárias, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil e as IFRS não determinam a sua contabilização:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Contingências trabalhistas e previdenciárias	7.741	5.686
Reclamações cíveis	31.142	28.973
Contingências regulatórios	3.432	1.830
Contingências tributárias	64.882	64.426
	<u>107.197</u>	<u>100.915</u>

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a:

Processos tributários

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (“RFB”), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. (“OTPP”), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. A Companhia protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia apresenta depósitos judiciais, relacionado ao processo do ágio entre outros processos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

21. Provisão de conserva especial**a) Composição**

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Provisão de conserva especial	9.454	23.659
	<u>9.454</u>	<u>23.659</u>

b) Movimentação

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Saldos no início do exercício	23.659	32.146
Constituição conserva especial, líquida de AVP	97.358	37.385
Baixa de conserva especial	(111.563)	(45.872)
Saldos final do exercício	<u>9.454</u>	<u>23.659</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 9.454 e de R\$ 23.659, respectivamente, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 8,64% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI. Em maio de 2021, a Companhia revisou as estimativas de gastos, para fazer fase a obrigação na data do balanço, em conformidade com os fatores de mercado, alta dos preços de insumos e antecipação do cronograma de obras.

A Companhia reconhece também uma provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente. A provisão é constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os dois últimos anos do período de concessão e apropriados pelo prazo final da respectiva concessão.

As baixas de conserva especial do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorreram da antecipação do cronograma de intervenção de obras realizadas no pavimento, pontes, viadutos e sinalizações das principais rodovias (SP-065, SP-332 e SP-360). Para o ano de 2022, ainda existem obras de recuperação de pavimento a serem realizadas nas rodovias SP-063, SP-083, SP-360 e SPAs, referentes ao terceiro ciclo de intervenções especiais.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****22. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

Acionistas	Números de ações em unidades					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	n° ações	%	n° ações	%	n° ações	%
Rodovias do Brasil Holding S.A. (i)	236.639.596	85	236.639.596	85	473.279.192	85
OTP CRB Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	41.759.929	15	41.759.929	15	83.519.858	15
	278.399.525	100	278.399.525	100	556.799.050	100

- (i) Conforme Nota Explicativa nº 1, em 11 de maio de 2021, o RDB FIP, alienou a totalidade da participação no capital social da Companhia à Rodovias do Brasil Holding S.A, de modo que a RBH, passou a deter o equivalente a 85% do capital social da Companhia.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****b) Destinação do resultado****Dividendos**

Conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$ 6.115 (seis milhões cento e quinze mil), referente a destinação de resultado do exercício de 2020. O pagamento foi realizado em 30 de abril de 2021.

c) Reserva de capital

Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da ex-controladora indireta (Odebrecht TransPort Participações S.A.- OTPP), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social.

O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais) foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio.

23. Receita líquida

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Receitas em numerário	145.700	149.032
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	562.129	466.423
Receitas de vale pedágio (iii)	43.071	41.932
Receitas acessórias	21.329	16.794
Receita de operação	<u>772.229</u>	<u>674.181</u>
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	370.232	278.908
Receita total	<u>1.142.461</u>	<u>953.089</u>
Tributos sobre serviços de operação	(64.814)	(56.972)
	<u>1.077.647</u>	<u>896.117</u>

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia reconheceu R\$ 370.232 e R\$ 278.908, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

24. Custos dos serviços

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Depreciação e amortização	(211.248)	(194.282)
Salários e encargos	(34.092)	(30.617)
Gastos gerais	(5.895)	(5.289)
Serviços de terceiros	(14.985)	(14.178)
Seguros	(2.871)	(3.807)
Outorga variável	(11.614)	(10.141)
Provisão para conserva especial (i)	(68.876)	(35.638)
Materiais	(12.293)	(10.083)
	(361.874)	(304.035)
Custo de construção ICPC 01-R1	(366.530)	(276.118)
	(728.404)	(580.153)

- (i) Aumento na provisão da conserva especial, devido à revisão do cronograma e das estimativas de gastos com de obras de recapeamento asfáltico e sinalização no Corredor Dom Pedro I.

25. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Salários e encargos	(11.116)	(10.991)
Serviços de terceiros	(3.288)	(4.192)
Depreciação e amortização	(1.386)	(629)
Materiais e equipamentos	(482)	(602)
Despesa com veículos	(202)	(199)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(844)	(782)
Provisão para contingências (i)	(4.922)	1.996
Gastos gerais	(3.695)	(3.348)
	(25.935)	(18.747)

- (i) Provisionamento de processo cível, de acordo com a classificação dos assessores jurídicos, em razão de decisão desfavorável, conforme Nota Explicativa nº 20.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****26. Resultado financeiro, líquido**

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(4.009)	(3.872)
Juros sobre debêntures	(168.751)	(131.224)
Correção monetária sobre debêntures (i)	(196.992)	(79.259)
Custos de transação sobre debêntures	(51.506)	(46.988)
Custo de transação CCB Santander	(72)	-
Arrendamento mercantil operacional	(897)	(1.542)
Ajuste a valor presente (ii)	(28.482)	(1.747)
Outras	(12.586)	(20.860)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	46.635	15.803
	<u>(416.660)</u>	<u>(269.689)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	5.970	5.526
Outras	12.747	4.394
	<u>18.717</u>	<u>9.920</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(397.943)</u>	<u>(259.769)</u>

(i) Variação da correção monetária relacionada à oscilação do IPCA;

(ii) Reversão do AVP da provisão da conserva especial devido à realização de obras de recapeamento asfáltico e sinalização no Corredor Dom Pedro I.

A seguir demonstramos a reconciliação de juros, correções e custo de transação, sobre debêntures, apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como a capitalização de juros no ativo de contrato e o resultado financeiro:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Juros e encargos sobre debêntures (Nota 15 (e))	(365.743)	(210.482)
Custos de transação sobre debêntures (Nota 15 (e))	(51.506)	(46.988)
Total de juros e encargos sobre debêntures	(417.249)	(257.470)
Capitalização de juros e encargos sobre debêntures (Nota 11)	47.106	15.962
(-) Margem de construção ICPC 01 ativo de contrato (Nota 11 (ii))	(471)	(160)
Total de despesas de juros, encargos e custo de transação	(370.614)	(241.668)
Juros sobre debêntures	(168.751)	(131.224)
Correção monetária sobre debêntures	(196.992)	(79.259)
Custos de transação sobre debêntures	(51.506)	(46.988)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	46.635	15.803
Total de reconciliação de juros, encargos e custo de transação	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****27. Outras receitas (despesas) líquidas**

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Baixa do ativo intangível	(85)	(333)
Baixa do ativo imobilizado	(3)	(86)
Baixa líquida de arrendamento - CPC 06 (R2)	78	47
Outras despesas com tributos	<u>(53)</u>	<u>18</u>
	(63)	(354)
Venda de ativo imobilizado	733	1.008
Indenizações	744	-
Outras receitas	<u>626</u>	<u>942</u>
	2.103	1.950
	<u>2.040</u>	<u>1.596</u>

28. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos**Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Resultado antes dos impostos	(72.595)	39.044
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	24.682	(13.275)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	(147)	(23)
Efeito IR e CSLL no resultado	24.535	(13.298)
IR e CSLL diferido	<u>24.535</u>	<u>(13.298)</u>
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	<u>24.535</u>	<u>(13.298)</u>

29. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir, demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Fornecedores	(18.430)	(26.668)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(18.430)	(26.668)
Adições de ativo imobilizado	(152)	6.101
Adições de ativo intangível	16.620	20.567
Adições de direito de uso	(4.127)	(1.466)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	12.341	25.202
Custo de transação CCB Santander	(450)	-
Adições de arrendamento operacional	6.539	1.466
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	6.089	1.466

30. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade
		De	Até	
Risco de Engenharia	AXA Seguros S.A.	15/03/2021	15/03/2025	47.797
Risco operacional	AXA Seguros S.A.	29/12/2021	29/12/2022	360.000
Seguro de Riscos Administrativos - D & O	AXA Seguros S.A.	01/06/2021	01/06/2022	40.000
Seguro Garantia Judicial	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/05/2020	11/05/2025	315
Seguro Garantia Judicial	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/07/2019	11/07/2022	2.923
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	29/06/2021	29/06/2022	178.287
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	29/06/2021	29/06/2022	110.431
Risco de Engenharia	Fator Seguradora S.A.	15/03/2019	15/03/2025	114.564
Seguro de Imóvel	Fator Seguradora S.A.	27/09/2021	27/09/2022	220
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	07/07/2025	302
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	17/03/2021	17/03/2026	691
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	12/07/2021	12/07/2026	370
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	07/07/2025	302
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	01/10/2021	20/10/2025	83
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	21/12/2021	14/12/2026	564
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	01/10/2021	20/10/2025	47
Risco de Engenharia	HDI Global Seguros S.A	15/03/2020	15/03/2025	127.203
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/04/2021	30/04/2022	821
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A.	29/12/2021	29/12/2023	100.000
Seguro de Veículo	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/09/2021	30/09/2022	(*)

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

31. Lucro (prejuízo) por ação**Básico**

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(48.060)	25.746
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	(86,31)	46,24

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.
Itatiba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de impairment do ativo intangível e impostos diferidos

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nos 09 e 13 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2021, impostos diferidos – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e, ativo intangível composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representam aproximadamente 81% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos e do ativo intangível da Companhia foi significativa para a nossa auditoria devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, baseados em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, por nossos especialistas, da metodologia de impairment utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36;
- Análise, por nossos especialistas, das premissas adotadas e metodologia de cálculo, também com as considerações de projeções em função do cenário da pandemia Covid-19;
- Análise, por nossos especialistas, das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos;
- Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nos 09 e 13 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Passivo contingente – ágio apurado na incorporação reversa

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que glosou o direito de excluir do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

a dedução apropriada, nos anos-calendário de 2014 e subsequentes, da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador. A Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, protocolou impugnação aos autos de infração, depositando em juízo o objeto da autuação, para discutir judicialmente o assunto.

O valor do passivo contingente não está provisionado, considerando que o risco de perda foi classificado como possível pela Administração e seus assessores jurídicos.

Considerando que a matéria em questão não tem jurisprudência formada em decisões de Tribunais Superiores e a relevância dos valores envolvidos, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para passivo contingente, especificamente em relação ao processo que envolve a causa tributária decorrente da autuação da Receita Federal do Brasil quanto à glosa da amortização de ágio nas bases de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, envolveram a participação de nossos especialistas na área tributária para avaliação dos argumentos legais e jurisprudenciais apresentados pelos assessores legais da Companhia na classificação do risco envolvido como de perda possível nos referidos processos.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a conclusão da Companhia, no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações contábeis, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Itatiba, 11 de março de 2022.

Douglas Longhi

André de Paula Yusiasu

Diretor Presidente

Diretor Administrativo, Financeiro e RI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Itatiba, 11 de março de 2022.

Douglas Longhi

André de Paula Yusiasu

Diretor Presidente

Diretor Administrativo, Financeiro e RI